2:000.000\$ inscrita no n.º 4) do artigo 243.º, capítulo 13.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do mencionado Ministério.

Art. 2.º É anulada a importância de 500.000\$ na verba de 15:000.000\$ do n.º 2) do artigo 6.º, capítulo 1.º, do mesmo orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 7 de Setembro de 1939.— ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

3.ª Repartição

Decreto-lei n.º 29:906

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ao artigo 23.º do decreto-lei n.º 28:404, de 31 de Dezembro de 1937, é aditado o seguinte:

§ único. Os limites máximos dos encargos a que se refere este artigo, em relação às praças de pré do activo ou reformadas prestando serviço e dos recrutas, são os seguintes:

Primeiros e segundos cabos	350\$00
Soldados e recrutas	325\$00

Art. 2.º Ao artigo 24.º do decreto-lei n.º 28:404, de 31 de Dezembro de 1937, é aditado o seguinte:

§ único. Aos antigos combatentes internados será abonado o vencimento que compete aos soldados segundo o artigo 6.º do decreto-lei n.º 28:403, de 31 de Dezembro de 1937.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 7 de Setembro de 1939.— ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Por ordem superior se faz público que, segundo informa a Embaixada de Sua Majestade Britânica em Lisboa, o Chile aderiu, em 22 de Junho do ano corrente, à Convenção internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, assinada em Londres a 31 de Maio de 1929.

De harmonia com o artigo 64.º da citada Convenção, aquela adesão começará a produzir efeitos a partir de 22 de Setembro de 1939.

Lisboa, 29 de Agosto de 1939.— Pelo Director Geral, *Francisco de Paula Brito Júnior.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Decreto-lei n.º 29:907

Procede-se actualmente aos levantamentos de plantas topográficas de cidades, vilas e outras localidades do País, em harmonia com as disposições dos decretos-leis n.ºs 24:802 e 29:091, respectivamente de 21 de Dezembro de 1934 e de 29 de Outubro de 1938.

Para a execução dos mencionados levantamentos torna-se indispensável a colocação de marcas de sinalização e referência em diversos locais das áreas em estudo, facto que não traz qualquer prejuízo às propriedades, quer no que respeita ao seu valor venal quer ao próprio uso e fruição.

Sucede porém que algumas vezes surgem dificuldades na colocação das referidas marcas, outras vezes elas são arrancadas, donde resultam, num e noutro caso, graves embaraços para os trabalhos em curso.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os proprietários, os arrendatários e, em geral, todos os que, por qualquer título, ocupem prédios rústicos ou urbanos situados nas cidades de Lisboa e Pôrto, nas sedes de outros concelhos e nas localidades, centros urbanos e zonas de interêsse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico e artístico, determinados segundo o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:802, não poderão opor-se à colocação, nos mesmos prédios, de marcas de sinalização e referência, quer estas tenham carácter permanente, quer o tenham transitório, conforme for julgado necessário pela fiscalização oficial.

Art. 2.º Aqueles que se opuserem à colocação ou ao restabelecimento das marcas de sinalização e referência, ou de qualquer modo as suprimirem ou alterarem, incorrerão em multa de 200\$ a 1.000\$. No caso de reincidência serão condenados nas penas do artigo 446.º do Código Penal.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 7 de Setembro de 1939.— ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Lical

Portaria n.º 9:308

Tendo em visto o disposto no artigo 2.º do decreto lei n.º 28:214, de 23 de Novembro de 1937, que permite a